SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEIAS

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023 e relatório dos auditores independentes



ATIVO	2023	2022	Passivo e Patrimônio Social	2023	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	361.665	284.680	Fornecedores	2.226	756
Contas a receber de cliente (Nota 5)	2.230	1.810	Obrigações fiscais e trabalhistas (Nota 7)	5.931	5.301
Adiantamentos a funcionários	720	761	Refis a recolher (nota 8)	61	73
Adiantamentos a fornecedores	206	341	Adiantamentos de clientes (Nota 9)	7.375	8.652
Outros ativos Circulantes	74	107	· · · —	15.593	14.782
	364.895	287.699	_		
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 10)	2.894	2.865			
Imobilziado (Nota 6)	395.525	434.837	Provisão para contingências (Nota 10)	6.839	5.779
Intangível	3	6	·	6.839	5.779
	398.422	437.708	_		
			Patrimônio Social (Nota 11)		
			Patrimônio	438.582	360.490
			Fundos Patrimoniais	6.790	6.457

Ajuste de Avaliação Patrimonial

BALANCO PATRIMONIAIS - EM MILHARES DE REAIS

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

	2023	2022
Receitas de venda de serviços, líquidas (Nota 12)	83.475	70.073
Custos Serviços Prestados (Nota 13)	(74.937)	(65.505)
Superavit Bruto	8.538	4.568
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(20.836)	(11.489)
Despesas Tributárias	(125)	(120)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas (Nota 15)	8.855	1.878
	(12.106)	(9.731)
DÉFICT OPERACIONAL	(3.568)	(5.163)
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 16)	39.534	34.283
Receitas Financeiras	(261)	(252)
Despesas Financeiras	39.273	34.031
SUPERÁVIT DO EXERCÍCÍO	35.705	28.868

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO SOCIAL - EM MILHARES DE REAIS

	Patrimônio Socia l	Reserva de Patrimônio	Fundos de Comunicação dos Bens	Fundos de Previdência	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31.12.2021	300.502	10.000	19.386	5.050	340.697	_	675.636
Realização da Reserva por depreciação		_	_	_	(2.798)	2.798	
Transferência para Fundo de Comunicação de Bens	_	_	200	_	_	_	200
Transferência do Fundo de Comunicação de Bens para	18.322	_	(18.322)	142	_	_	142
Patrimônio							
Transferência para Patrimonio	10.000	(10.000)	_	_	_	_	_
Superávit do Exercício	_	_	_	_	_	28.868	28.868
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	31.666	_	_	_	_	(31.666)	_
Saldos em 31.12.2022	360.490	_	1.264	5.192	337.899	_	704.846
Realização da reserva por depreciação	42.388	_	_	_	(42.388)	_	_
Transferência para Fundo de Previdência	_	_	_	360	· — ·	_	360
Transferência do Fundo de Comunicação de Bens para	_	_	(26)	_	_	_	(26)
Patrimônio							
Superávit do Exercício	_	_	_	_	_	35.705	35.705
Incorporação do Superávit do Patrimonio Social	35.705	_	_	_	_	(35.705)	_
Saldos em 31.12.2023	438.583		1,238	5.552	295,511		740.885

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E DE 2022

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Superavit/ Déficit do Exercício	35.705	5.416
Baixa Líquida de Imobilizado	35.369	264
Depreciação e Amortização	12.309	6.025
Provisão paa Contigências	1.060	353
Madaa ii aa waa Adhaa a Baaahaa	84.443	12.058
Variações nos Ativos e Passivos	(100)	(= 4)
Diminuição (aumento) de contas a receber	(420)	(74)
Diminuição (aumento) de adiantamentos a funcionários	41	204
Diminuição (aumento) de adiantamentos a fornecedores	135	(50)
Diminuição (aumento) de demais	33	(1)
Diminuição (aumento) depósitos judiciais	(29)	7
Aumento (diminuição) de fornecedores	1.470	(252)
Aumento(diminuição) de obrigações fiscais e trabalhistas	630	(302)
Aumento (diminuição) de adiantamentos de clientes	(1.277)	(410)
Aumento (diminuição) refis	(12)	(204)
Disponibilidades Líquidas geradas pelas atividades operacionais	85.014	10.976
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição do Imobilizado e Intangível	(8.363)	(3.052)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	(8.363)	(3.052)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento(diminuição) de reservas patrimoniais	334	571
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	334	571
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	76.985	8.495
Demonstração da variação do caixa e equivante de caixa		
No início do período	284.680	243.924
No fim do período	361.665	252.419
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	76.985	8.495

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS é uma associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, filantrópica de sistência social, educacional, cultural e religiosa, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº 77.113/52,

Emudada em 29 de dezembro de 1914 pela Congregação das Filhas de Jesus na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, atualmente, esta associação civil tem sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte - MG e congrega juridicamente, conforme disposição do Direito Canônico, todos associação du lein sua aseta localizada na cuade a belo finalizante livo e congrega juniciamente, como membros da Congregação Filhas de Jesus, que tenham votos perpétuos.

Tem por objetivos a criação, incorporação, congregação, direção, manutenção e desenvolvimento de instituições ou qualquer outra atividade que se enquadre em suas finalidades institucionais e sociais, visando à beneficência, à promoção humana, à educação, à cultura, à evangelização e à

assistência social. A consecução de seus objetivos é realizada através de recursos próprios originários da atividade educacional da pré-escola ao ensino médio. A

Associação atua também com locação de bens imóveis e gestão de ativos financeiros, cujo resultado é totalmente revertido para o atendimento de Os diretores, conselheiros, associados, instituidores ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente

por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, os recursos da Associação são integralmente aplicados em suas finalidades institucionais e

2-APRESENTAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade
As demonstrações financeiras da Associação são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mais especificamente as disposições da ITG 2002 - Entidades sem fins lucrativos 2.2 Bases de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos

2.3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. Aliquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.
Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a

receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa), (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e, (iii) contabilização de provisões.

A Associação revisa suas estimativas e premissas de forma contínua, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se causarem impacto apenas nesse período ou, também, em períodos posteriores, se o impacto for sobre o período futuro.

2.4 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxir A administração da Associação autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 26 de março de 2024.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Associação são apropriadas com base em documentos que atendem às exigências legais e fiscais.

b) Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidação diária, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

A Associação classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação do serviço de ensino. Sendo o prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso

do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa

337.899

740.885

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as escolas e escritório da Associação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico

nenos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Classe	Taxa por ano	Anos
Edifícios	2,5 a 4%	25 a 40
Benfeitorias	4%	25
Móveis e utensilios	10%	10
Veículos	10%	10
Outros	10% a 20%	10 a 20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líguidos" na demonstração do resultado.

Em 01 de janeiro de 2012 a Associação adotou o custo atribuído as classes de terrenos e edifícios. Os valores foram lancados nas respectivas contas cinto de jarieno de 2012 a Associação autodo o custo atilhodo as dasses de terreiros e edificios. Os valores foram ançados has respectivas contábeis contra reserva de Ájuste a Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social. Os valores identificados como depreciação deste custo são reclassificados da conta de resultado para a conta de reserva amortizando a mesma.

f) Ativos intangíveis

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.
Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

q) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor

justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do

impairment na data do balanço.

h) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva

. As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma

classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. i) Patrimônio Social

Ő Patrimônio Social é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua

existência. Além disso, esse patrimônio é composto por fundos voltados à constituição de reservas destinadas ao reinvestimento em obras e atividades pontuais. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da

Associação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Associação reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Associação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação, conforme descrição a seguir. A Associação baseia suas estimativas em resultados históricos.

k.1) Vendas de serviços

A Associação vende serviços de educação. Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente são de um ano.

K.2) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros

À Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS, instituição de educação e de assistência social, está em pleno gozo da imunidade tributária aos impostos e contribuições sociais, conforme estipula a Constituição Federal de 1.988.

No tocante às contribuições sociais a jurisprudência constituição Federal a existência de uma típica garantia de IMUNIDADE (e não de simples isenção) estabelecida em favor das Entidades beneficentes de assistência social-

Saldos em:

492.733

(57.896)

434.837

m) Arredondamentos Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

es de caixa podem ser demonstrados como segue:

_	2023	2022
Recursos em Caixa e Banco conta Movimento	528	478
Aplicação Financeira Curto prazo	361.137	284.202
Total	361.665	284.680

O saldo em aplicações financeiras cujo vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que não possuem risco de variação significativa de valor, em caso de resgate antecipado, é classificado como caixa e equivalentes de caixa

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES As contas a receber individuales

ferem-se principalmente as mensalidades escolares dos alunos. Em 31/12/2023 o saldo está assim

	2023	2022
Contas a receber	9.711	8.927
(-) Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.481)	(7.117)
Total	2,230	1.810

Em 31 de dezembro de 2023 o valor total de contas a receber de clientes no montante de R\$9.711 (2022 - 8.927) estava devidamente registrado ao seu valor de realização, por meio do registro de uma provisão no montante de R\$7.481 (2022 - R\$7.117).

Associação conservadoramente constitui provisão para eventuais perdas em contas a receber, calculada com base em todo o saldo em aberto de

Movimentação

(44.000)

8.631

(35.369)

Saldos em:

457.096

(61.571)

395.525

alunos que ainda não tenham efetuado negociação de seus débitos. Na avaliação da administração, uma parcela das contas a receber devem ser recuperadas quando das renegociações no ano subsequente das mensalidades em atraso

	-	IIVIO	DIL	LAI	<u> </u>

(-) Depreciação

Imobilizado

	31/12/2022	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2023
Bens Imóveis					
Terrenos	335.290	_	(37.046)	_	298.244
Edifícios	77.561	574	(5.776)	_	72.359
Benfeitorias	56.052	2.565	(1.040)	1.424	59.001
Instalações	7.387	1.224	_	_	8.611
Praças de Esportes	2.023	80	_	_	2.103
	478.313	4.443	(43.862)	1.424	440.318
Bens Móveis					
Aparelhos de Som e Comunicação	1.835	139	(1)	_	1.973
Biblioteca	558	11	_	_	569
Laboratório	191	2	_	_	193
Máquinas de Escritório	471	_	_	_	471
Móveis e Utensílios	5.639	579	(22)	_	6.196
Veículos	1.251	110	(103)	_	1.258
Computadores e periféricos	3.387	95	(12)	_	3.470
Máquinas e Equipamentos	848	118	_	_	966
	14.180	1.055	(138)	_	15.096
Direitos de uso					
Jazigo	6	_	_	_	6
	6	_	_	_	6
Imobilizado em Processo					
Imobilizado em Processo	233	2.866	_	(1.424)	1.676
	233	2.866	_	(1.424)	1.676

8.363

(12.306)

(3.943)

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEIAS

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023 e relatório dos auditores independentes



As baixas de terrenos e edificações nos valores de R\$37.046 e R\$5.393 referem-se à venda do terreno e do complexo de edificações localizado na Rua da Bahia 1534, onde funcionava o Colégio Imaculada Conceição - BH ocorrida em agosto de 2023 pelo valor de R\$48.000, gerando ganho pela venda de bens no valor de R\$5.561

7 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	2023	2022
Provisão de Férias	4.368	3.646
Outros	1.563	1.655
Total	5.931	5.301

8 - REFIS A RECOLHER
AAssociação aderiu ao programa de refinanciamento referente a débitos anteriores relacionados à Taxa do lixo e sinistro cujo prazo de pagamento é previsto a ocorrer até 2023 valor de 61 mil.

9 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		
	2023	2022
Recebimentos antecipados (matrículas e mensalidades)	7.305	8.632
Recebimento de material de ensino e outros rec. antecipados	70	20
Total	7.375	8,652

Esses saldos referem-se essencialmente a antecipações de matrículas e mensalidades dos alunos referentes ao exercício de 2023.

10-PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Associação, por força de suas atividades operacionais e sociais, é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada na opinião de seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: Contingências trabalhistas e previdenciárias correspondem a R\$6.839 em 2023 (R\$ 5.779 em 2022). O depósito judicial constituído no montante de R\$2.894 refere-se a uma autuação referente ao recolhimento de PIS a empregados dos quais a possibilidade de perda é remota, fato pelo qual não está constituída provisão para este risco. As despesas de provisão são reconhecidas no resultado no grupo de despesas administrativa

11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

mônio Social da Associação é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados

durante sua existência.

Toda e qualquer movimentação de destinação de recursos observa e atende a determinação legal e estatutária de aplicação desses valores nas finalidades institucionais da Associação

a) Fundos: a.1) Fundo de Bens-Comunidades

Fundo de Comunicação de Bens Comunidades está destinado à cobrir eventuais necessidades de manutenção das associadas.

a.2) Fundo de Previdência

O Fundo de Previdência destina-se a garantir manutenção das associadas em suas necessidades e cuidado com a saúde, sobretudo as idosas e enfermas que, ao longo de sua vida dedicaram todos os seus esforços ao cumprimento dos objetivos da Associação, e que, consequentemente, tem definido no estatuto o direito ao amparo e guarida. (conf Art 12 "b" Estatuto Social)

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial:

Refere-se a contrapartida do registro de custo atribuído ao imobilizado em reavaliação imobiliária realizada pela Associação em 01 de janeiro de 2012. A movimentação ocorre pela depreciação dos bens durante o Exercício, bem como pela alienação de bens que tenham recebido alguma atribuição de

c) Superávit / Déficit do exercício:

O valor apurado na confrontação entre as receitas e despesas do exercício é registrado nessa rubrica até a aprovação pela Assembleia, quando é transferido para o Patrimônio Social. As modificações e a composição do Patrimônio Social estão expressas na Demonstração das Mutações do Patrimônio

12-RECEITAS DE VENDA DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Mensalidades	84.359	76.538
Contribuições. Donativos e convênios	4.754	1.650
Demais atividades extracurriculares	4.730	3.585
Material de ensino	6.471	3.833
Gratuidades Educacionais (a) (d)	(8.848)	(7.923)
Gratuidades - Bolsa institucional (a)	(7.993)	(7.610)
Total	83.475	70.073

(a) Acerca da renovação do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e da imunidade tributária de Contribuições Sociais concedida à SEIAS

A administração da SEIAS, com base no parecer de sua Assessoria Jurídica tributária entende que essa Associação encontra-se em pleno go imunidade tributária, uma vez que apresentou tempestivamente os requerimentos de renovação do certificado CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para os triênios 2013/2015, 2016/2018, 2019/2021 e 2022/2024, mesmo estando todos estes processos pendentes

de análise final, e portanto sem os respectivos retornos acerca de suas aprovações.

A administração entende ainda que para o exercício de 2023 não se faz necessário reconhecer em seus registros contábeis, a título de contingente quaisquer passivos referentes às contribuições sociais (Pis sobre folha e INSS parte patronal) apesar da entrada em vigor da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a necessidade de se possuir certificado anterior à referida Lei com validade ainda vigente, para fins de gozo da imunidade tributária relativa às contribuições sociais, uma vez que os processos de requerimento de renovação estão em fase de apreciação, acerca dos quais, a decisão retroagirá à data do requerimento.

Ademais, a Súmula 612 do C. STJ determina que os efeitos da renovação retroagem à data do Requerimento, de modo que não há que se falar que a SEIAS não possuiu certificado renovado para o período 2022/2024, uma vez que o mesmo já se encontra no MEC para análise, o que por si só, é suficiente para o gozo da imunidade até que se tenha decisão do processo administrativo.

Além da comprovação do CEBAS renovado ou em fase de renovação o que lhe garante os benefícios da imunidade tributária de contribuições sociais a Associação tem ainda o reconhecimento judicial da sua imunidade de contribuições sociais, através da Ação Declaratória de Imunidade da Contribuição do Programa para a Integração Social - PIS, Autos nº 0025494-40.2003.4.01.3800 (2003.38.00.025485-0), e seu apenso referente a Medida Cautelar para Suspensão da Exigibilidade do Tributo, Autos nº 0002218-26.2006.4.01.0000 (2006.01.00.002287-2), destacando em suma que a Sentença de 1º grau, julgou procedente a ação para declarar a imunidade da autora referente à contribuição do PIS, sendo que a mesma foi confirmada pelo E. Tribunal Regional Federal da 1º Região, que proferiu o v. acórdão negando provimento á apelação e a remessa oficial. (b) Resumo das Ações Beneficentes / Filantrópicas

aixo apresentamos a síntese das ações realizadas, bem como o esforço financeiro para sua execução

	2023	2022
Gratuidades Educacionais - Bolsa de Estudos 100% (a.1)	4.102	3.178
Gratuidades Educacionais - Bolsa de Estudos 50% (a.2)	4.746	4.744
Gratuidades Educacionais - CCT/ Institucional (a.3)	7.993	7.610
	16.841	15.532

(b.1) Montantes referentes a bolsas integrais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados por profissionais do Serviço Social e Administração Geral.

(b.2) Montantes referentes a bolsas parciais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados por profissionais do Serviço Social e Administração Geral.

(b.3) gratuidades concedidas pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) / Institucional

Perdas no recebimento de créd/servicos

Outras (despesas) operacionais

Baixa de Ativo Imobilizado

Total Outras despesas

Outras despesas

c) Demonstrativo de gratuidade	2023	2022
Receita de Mensalidades Escolares	67.250	61.005
Gratuidades com 50% MEC	4.746	4.744
Gratuidades com 100% MEC	4.102	3.178
Total das Gratuidades Educacionais	8.848	7.922
% das Gratuidades das bolsas de estudo	13%	13%
% Projetos sociais	0,0%	0,0002%
(d) Demonstrativo da Concessão de	2002	2000
Bolsas Integrais - Critérios Matemáticos	2023 % 4.597	2022 % 4.543
Total de alunos pagantes	4.597 524 11%	4.543 531 12%
Bolsas integrais concedidas	402 9%	435 10%
Bolsas parciais em pares Total de Bolsas concedidas	926 20%	966 22%
lotal de Bolsas concedidas	926 20%	966 22/6
13 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	2023	2022
Pessoal	50.531	45.141
Depreciações e Amortizações	6.209	6.245
Encargos sobre Folha	4.364	4.344
Benefícios	3.050	2.604
Atividades Extracurriculares	523	495
Despesas de Materiais	6.007	3.457
Monitoramento e Segurança Patrimonial	1.916	1.285
Luz	949	798
Água	704	614
Outros	684	522
Total	74.937	65.505
14 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2023	2022
Despesas técnicas	9.381	2.777
Despesas de Materiais e serviços	3.390	2.666
Despesas gerais	5.188	4.381
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa	923	1.157
Outros	1.954	508
Total	20.836	11.489
15 - OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS, LI	OHIDAS	
10 - OUTHAG RECEITAG E (DEGFEGAG) OFERACIONAIS, LI	2023	2022
Receita de aluguel	3.057	2.921
Venda de ativo permanente	48.611	306
Outras receitas	173	110
Total Outras receitas	51.840	3,337

(41.445)

(42.985)

(1.541)

8.855

6 -	RESIII	TADO	FINANCEIRO	

Receitas financeiras líquidas	39.273	34.031
Despesas bancárias	(261)	(252)
	39.534	34.283
Demais receitas financeiras	1.705	1.529
Rendimentos Aplicações financeiras	37.829	32.754
	2023	2022

17- ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Associação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Associação concentra-se na imprevisibilidade dos mercados e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Associação.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Associação, que identifica, avalia e protege a Associação contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:

A Associação tem ativos significativos que incidem juros, dentre eles destacam-se aplicações financeiras e alguns acordos para recebimento de mensalidades em atraso para os quais são consideradas taxas de juros, normalmente aplicadas no mercado

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e $outras\ instituições\ financeiras, bem como\ de\ exposições\ de\ crédito\ a\ clientes, incluindo\ contas\ a\ receber\ em\ aberto$

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Associação para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Associação. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Associação mantinha fundos de curto prazo de R\$361.665 (2022 - R\$284.680) e outros ativos líquidos de R\$4.125 (2022 - R\$3.019) que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

17.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

18 - SEGUROS

ade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS adota a política de controlar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros

> MARIA JOSÉ ALVES MACHADO CPF-220.643.036-34

MICHELLE MADUREIRA TEIXEIRA CONTADORA - CRC/109.2° CPF-013.703.146-71

PARECER RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FISCAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo IV do Título III, artigo 35º, incisos "e" e "g" do Estatuto Social da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS, reuniu-se no dia 25 de março de 2024 às 08h30 por meio de videoconferência no link meet google.com/vot-dnvk-ofr, com o objetivo de efetuar a análise das contas e demais relatórios de natureza econômica e contábil, da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS , relativas ao Exercício Fiscal iniciado em 01/01/2023 e findo em 31/12/2023.

Da análise dos Relatórios Contábeis apresentados pela Gerência de Sustentabilidade e Finanças da SEIAS, bem como dos Relatórios da Auditoria Independente "Audsérvice Auditores Associados, S.S." e ainda com base nos esclarecimentos da Gerência Geral da SEIAS, este CAEF apresenta seu PARECER

- 1. O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL CAEF, da SEIAS, é de PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas apresentadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. 2. Os lançamentos contábeis estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- 3. O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL CAEF, da SEIAS, parabeniza a Diretoria Geral pela brilhante condução da
- Governança, oportunizando a consecução dos objetivos estatutários e institucionais, na missão que lhe é confiada

 $Pelo \, exposto, o \, CONSELHO \, PARA \, ASSUNTOS \, ECON\^O MICOS \, E \, FISCAL \, - \, CAEF, firma \, o \, presente \, parecer.$

1ª Conselheira: Vera Lúcia Ladeia Ramos - CPF: 500.195.386-34

2ª Conselheira: Maria Estelita Marques de Sousa - CPF: 748.466.806-06: a Conselheira: Gislene Paulina Pinto - CPF: 280, 190, 166-00;

4ª Conselheira: Maria de los Angeles Sebastián Martinez - CPF: 866.584.688-34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As Senhoras Administradoras Conselheiras da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEIAS

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que compreendem balanço

patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas

Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfase

Conforme descrito mais detalhadamente na nota explicativa 12.a, não obstante a SEIAS ter apresentado de forma tempestiva os requerimentos de renovação de seus Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, referentes aos triênios 2013/2015, 2016/2018, 2019/2021 e 2022/2024, estes processos ainda estão em fase de apreciação pelas autoridades executivas certificadoras, sem os respectivos retornos acerca de suas aprovações. Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da entidade, entende que a SEIAS se encontra no exercício de 2023 em pleno gozo da imunidade tributária relativa a contribuições sociais, mesmo com a entrada em vigor da Lei Complementar 187/2021 que dispõe como requisito para fins de imunidade relativa as contribuições sociais, a existência de certificado valido com data anterior a referida Lei, uma vez que possui requerimentos de renovação para os períodos citados, mesmo que ainda pendentes de apreciação. Reforça esse entendimento, a Sumula 612, do C.STJ, a qual prevê que os efeitos da renovação, quando finalizados, serão retroativos a data do requerimento. Portanto, a administração entende não ser necessária a constituição de quaisquer provisões passivas a título contingente no que diz respeito as contribuições sociais, que possam ser requeridas na eventualidade de resultado desfavorável dos pedidos de renovação. Não nos foi possível mensurar os efeitos relacionados em cenário de desfecho desfavorável e nossa opinião não contem ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de

auditoria sobre esse relatório

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

des da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração e responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou coma necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando. divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidencia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas. não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidencias de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar duvida significativa em relação a capacidade, de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidencias de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

· Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa dependência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas Belo Horizonte, 25 de março de 2024.

AUDSERVICE-AU0ITORES ASSOCIADOS S.S. CRC-01-MG-4553 - 0

(494)

(963

1.878

(1.457)

Alexandre Oliveira Chagas Fernanda Filizzola Mattos de Santos Auditor Responsável CRC-MG-075.751/0-7 Auditora Responsável CRC-MG-113.796/0-0